

ATA DA 41ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP	
Data: 26 de julho de 2013 – Sexta-Feira.	Duração: das 10h12 às 19h14
<p>1. Criança e Adolescente</p> <p>2. Rede Nacional Primeira Infância</p> <p>3. Pedido de Criação de GT Sobre Sistema Socioeducativo</p> <p>4. Informe Sobre Atividades do Crepop</p> <p>5. Encontro da Abep</p> <p>6. Cartilha Estágio Serviço-Escola</p> <p>7. Plataforma Arouca</p> <p>8. Acompanhamento Financeiro do Cfp</p> <p>9. Julgamento de Processo Administrativo</p> <p>10. Informe Sobre Possibilidade de Termo de Cooperação entre Senacon (Secretaria Nacional Do Consumidor) e CFP</p> <p>11. Apreciação de documento elaborado pela Comissão Conjunta CFP/CFFA</p> <p>12. Migração dos E-Mails para a base do Gmail</p> <p>13. Informe Debate Online Sobre Suicídio</p>	<p>DIRETORIA:</p> <p>1. Humberto Cota Verona - Presidente</p> <p>2. Aluizio Brito – Tesoureiro</p> <p>3. Monalisa Nascimento dos Santos Barros</p> <p>CONSELHEIROS PRESENTES:</p> <p>4. Tânia Suely Azevedo Brasileiro</p> <p>5. Sandra Maria Francisco de Amorim</p> <p>6. Ângela Maria Pires Caniato</p> <p>7. Flávia Cristina Silveira Lemos</p> <p>8. Marilda Castelar</p> <p>9. Roseli Goffman</p> <p>10. Celso Francisco Tondin</p> <p>11. Heloiza Helena Mendonça Almeida Massanaro</p> <p>12. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo</p> <p>13. Adriana Eiko Matsumoto</p> <p>14. Ana Luiza de Souza Castro</p> <p>15. Ana Paula Porto Noronha</p> <p>CONSELHEIROS AUSENTES:</p> <p>16. Clara Goldman Ribemboim</p> <p>17. Deise Nascimento</p> <p>18. Marilene Proença Rebello de Souza</p> <p>19. Henrique José Leal Ferreira Rodrigues</p> <p>20. Maria Ermínia Ciliberti</p> <p>21. Márcia Mansur Saadallah</p>

#10
W.
87X
MC
1
47

O presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Verona, iniciou a plenária às 10:12hs, apresentando as justificativas de ausência de Clara Goldman, Deise Nascimento, Marilene Proença, Henrique Carneiro, Ermínia Ciliberti e Márcia Mansur, bem como inserindo na pauta dois pontos: Avaliação Psicológica e o convênio assinado com a Ordem dos Psicólogos Portugueses.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

Sandra Amorim informou que foi feita uma telereunião entre ela, Flávia Lemos, Esther Arantes, Eliana Olinda e Leila Torraca para discutir os encaminhamentos anteriormente dados em plenária sobre o "depoimento especial". Definiu-se que irão construir o documento a ser apreciado, um substitutivo para a Resolução CFP 10/2010, que não está vigorando, e que a tarefa seria desencadeada por Leila Torraca.

Ainda nessa telereunião, foi discutido sobre o GT do Ministério da Justiça no qual Esther Arantes representa o CFP. O grupo traria uma proposta inicial de discussão mais ampliada, que estaria centrada no debate sobre a abordagem teórica que estaria circulando pelo país, visto que se considera que esta simplifica algo que é extremamente complexo e que deveria incluir outras abordagens.

Em um segundo tópico, foi levantado o interesse de dar visibilidade às entrevistas que não deram certo nos vídeos do Hotsite, editando as mais adequadas à discussão para disponibilizá-las no próprio Hotsite. Ainda, seria preciso verificar a possibilidade de gravá-las em CD para circulação, visto que o material é extenso.

Provinda da última Assembleia do Conanda, havia ainda uma questão referente à proposta de PL (ainda em construção) pautada pela Unicef e SDH, que altera dispositivos do ECA, e que dispõe sobre a responsabilidade progressiva na prática do ato infracional, instituindo um sistema binário de responsabilização do adolescente. Acredita-se que não há fundamentação para que esse PL seja pautado, sendo esse o primeiro questionamento a ser feito.

O Fórum DCA emitiu uma Nota de Repúdio e sugeriu que todas as entidades ligadas à questão da criança e do adolescente emitam também uma nota e se posicionem contra qualquer tipo de alteração do ECA que incida nestes temas. Foi, portanto, apresentada uma nota para apreciação, elaborada pelos membros da telereunião supracitada, para a qual foram feitas sugestões pontuais de alteração, bem como colaborações a respeito do tema e determinou-se que fosse incorporada à publicação "Socioeducação não se faz com prisão!".

Flavia Lemos propôs que os temas transversais fossem discutidos em conjunto com o Ministério da Saúde e o da Educação e a plenária determinou que esta discussão estivesse vinculada à pesquisa sobre violência na escola que está sendo feita em parceria com dez universidades públicas e Ministério da Educação.

A partir destas informações, foram dados os seguintes encaminhamentos:

- ✓ Fazer ajustes na nota: diminuir o título, tornar o texto mais palatável a toda a sociedade, colocar aspas na palavra "menoristas", substituir o termo "cultura política" por "cultura";
- ✓ Incluir a Nota técnica na Cartilha "Socioeducação não se faz com Prisão";
- ✓ Que o CFP faça um mapeamento dos projetos sobre crianças e adolescentes que existem no Congresso Nacional e seus respectivos conteúdos, para conhecimento e avaliação do Plenário;
- ✓ Incluir a questão da criança e adolescente em todas as políticas no sentido da garantia dos direitos;
- ✓ Propor, por intermédio do grupo que está fazendo a pesquisa "Violência nas Escolas", concomitantemente com a realização da pesquisa, a realização de um curso de especialização sobre direitos da criança e dos adolescentes, em convênio entre as universidades federais e o MEC, com vagas prioritárias para professores da educação básica e profissionais da saúde e da assistência social;
- ✓ Apresentar ao Plenário uma proposta de documento como solução para o impasse referente à Resolução 10/2010, que fala da inquirição de crianças e adolescentes.

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA

Sandra Amorim lembrou que, na 2ª Mostra Nacional de Práticas em Psicologia, a coordenadora da Rede Primeira Infância convidou o CFP para compô-la. Assim, informou que, após os trâmites necessários, o CFP oficialmente já faz parte da rede e que, em um primeiro momento, ela se disporia a participar dos encontros, porém seria preciso determinar um representante e suplente.

Para tanto, seguiram os encaminhamentos:

- ✓ Convidar a Ivana Drummond para representar o CFP na RNPI – Rede Nacional Primeira Infância (Conselheira Sandra entrará em contato com a Ivana);

✓ Receber no CFP15 sugestões de nomes para representar o CFP no RNPI, preferencialmente pessoas que tenham acúmulo de conhecimento das políticas de educação.

PEDIDO DE CRIAÇÃO DE GT SOBRE SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

Foi solicitado no VIII CNP que fosse criado um GT a respeito do Sistema Socioeducativo. Entende-se que a criação do GT seja de responsabilidade da APAF ou plenária, mas que essa seria uma atribuição da próxima gestão.

Nesse mesmo CNP, foi deliberada a criação de um fórum de discussão no site. A sugestão para que seja ouvida, ainda que parcialmente, a solicitação da criação do GT foi de criar para o Sistema Socioeducativo um fórum temático, com um mediador do próprio CFP, no qual as pessoas poderiam discutir o assunto. Sandra Amorim irá operacionalizar a proposta.

Levantou-se também a possibilidade de se estabelecer uma conexão oficial entre o Conselho Federal e os Regionais para um maior entendimento das questões a respeito do tema Criança e Adolescente, pois haveria uma necessidade de modificar a forma que se trabalha com o tema. Essa possibilidade foi encaminhada para discussão na APAF seguinte.

Foram dados, portanto, os seguintes encaminhamentos:

✓ Criar um fórum virtual de debate sobre o Sinase, dentro do hotsite da criança e adolescente, com um conselheiro como mediador para as discussões (pode haver rodízio dos conselheiros). Inicialmente o fórum seria mediado pela conselheira Sandra Amorim;

✓ Fazer matéria de divulgação de criação do fórum, utilizando, principalmente, a ferramenta do Facebook;

✓ Verificar com a divisão de informática se esse fórum poderia ser vinculado ao Facebook, podendo saber de onde vêm as contribuições - qual região;

✓ ASCOM e Divisão de Informática entrar em contato com a conselheira Sandra para iniciar a criação do fórum;

✓ Responder ao grupo que pediu a criação do GT, conforme as deliberações da Plenária.

INFORME SOBRE ATIVIDADES DO CREPOP

A conselheira Monalisa Barros discorreu sobre as atividades do Crepop que foram executadas em julho e as que ainda estariam previstas até outubro, produto de encaminhamentos já dados em plenárias anteriores.

Diante disso, foram determinados os seguintes encaminhamentos:

✓ Ficou combinado de não trazer os 40 conselheiros, conforme anteriormente planejado, para o "II Seminário Psicologia no SUAS: Desafios e Percepções", no entanto, seria proposto que os conselheiros dos CRPs convidem os psicólogos que trabalham no SUAS para acompanharem o debate online no CRP;

✓ Conselheira Ermínia ajudar a construir duas mesas (uma sobre Drogas e outra sobre o MEEL) para o I Fórum Brasileiro de Saúde Mental e Direitos Humanos;

✓ Conselheiro Humberto participar da mesa de abertura do I Fórum Brasileiro de Saúde Mental e Direitos Humanos;

✓ A quantidade de exemplares (CAPS) a ser levada para o I Fórum Brasileiro de Saúde Mental e Direitos Humanos estaria definida dentro do valor destinado as atividades do Crepop;

✓ A equipe de estratégia de distribuição de materiais no I Fórum Brasileiro de Saúde Mental e Direitos Humanos poderia ser montada como foi no Conasems: 2 funcionários e 1 representante para fazer a fala política;

✓ A conselheira Márcia Mansur foi inscrita para o Lançamento de Publicações do CREPOP na ABRAPSO;

✓ As alterações no documento com atividades do CREPOP estão salvas na pasta "documentos produzidos" desta plenária.

Referente à participação do Crepop no CONPE, programada para o mês de agosto, Celso Tondin levantou o questionamento se esta seria realmente uma atribuição do órgão, devido à existência de uma mesa do próprio CFP, determinada por acordo em plenária e que contempla o mesmo tema. Também questionou os custos desse processo.

Monalisa Barros esclareceu que o orçamento do Crepop é determinado pela APAF, não incide sobre o orçamento do CFP e que há um planejamento anual para ele, também aprovado em APAF. Ressaltou, também, que o Crepop tem três vertentes: a produção de referências técnicas, o auxílio no contato com os gestores e a capacitação de profissionais, que costuma ser através de debates online e lançamentos das referências em mesas redondas. A conferência proposta para o CONPE seria referente à discussão que é feita nos lançamentos, no lugar de um debate online.

Foi acordado que houve um desencontro de informações e que, portanto, a conferência do Crepop, bem como o fórum de debates também proposto, que é iniciativa de um grupo que não possui ligação com o CFP, deveriam ser retirados do CONPE.

Aproveitando a oportunidade, Celso Tondin sugeriu que consultores *ad-hoc* na construção de documentos do CFP sejam impedidos de promover atividades relacionadas ao documento sem o suporte da Instituição e solicita que se discuta em outro momento quais seriam as diretrizes éticas e políticas para tratar esses documentos.

Humberto Verona repassou com os presentes a participação oficial do CFP no CONPE, que seria por meio de uma única mesa, com Celso Tondin como coordenador, sobre a Psicologia e a Educação. Marilene Proença falaria sobre atuação da psicologia na Educação Básica, Marilda Gonçalves, representando a ABRAPEE, falaria sobre a psicologia da Educação Básica e o projeto de lei nº 3.688 e Angela Soligo, representando a ABEP, falaria sobre contribuições da psicologia no contexto escolar, pesquisa, violência e preconceito na escola.

Ficou determinado, portanto, o encaminhamento:

- A “Conferência 3 – Referências Para a Atuação de Psicólogos na Educação Básica” e o “Fórum de Debates – Sobre Atuação do Psicólogo na Educação” devem ser retirados das atividades do CREPOP uma vez que não são atividades de iniciativa do CFP.

ENCONTRO DA ABEP

Ângela Caniato iniciou informando que reformulou o documento (em construção) sobre formação, que o encaminhou para Ângela Soligo revisá-lo e aproveitou o ensejo para questionar sobre uma sugestão de mesa que haveria para o Encontro da ABEP.

Aluizio Brito esclareceu que já estava acordado que houvesse uma mesa sobre o lançamento do documento Serviço-Escola, feito em parceria com a ABEP e CRP 06, que será apresentado para a apreciação do Grupo de Formação. Isso implicaria em dois momentos distintos: a mesa e o espaço para o lançamento oficial. Adicionalmente, haveria uma mesa sobre os desafios das políticas públicas para a formação, na qual teria a própria Ângela Caniato na coordenação e Manolo e Marco Murueta como convidados internacionais, pois já estariam com a ida confirmada para o evento.

Ressaltou que a ideia seria de também lançar o documento sobre formação no evento e é levantado o assunto do GT do Ensino Médio, que teve uma audiência pública e uma mesa, sendo solicitado por Tânia Brasileiro que esta fosse replicada no evento, bem como que a gravação da mesma seja publicada no site.

Marilda Castelar sugeriu que fosse levada também uma mesa de gênero e raça, sendo a sugestão complementada por Flávia Lemos, que levanta a possibilidade de incluir a discussão dos direitos da criança e do adolescente na formação e saúde mental, para que não fosse construída uma terceira mesa.

Ressaltou a importância de se fazer poucas mesas, sugerindo que os temas levantados sejam compilados em uma única, para a qual Sandra Amorim sugere o título de "Direitos Humanos na Formação", ou até mesmo repassando-os para que a própria ABEP construa essas mesas. Entretanto, é também considerada a preocupação com uma eventual imposição à ABEP de assuntos que não seriam sua preocupação central.

Descartou também, a ideia inicial de fazer uma mesa com convidados internacionais, reforçando a ideia de uma única mesa com quatro representantes, abarcando os temas Gênero e Raça, Criança e Adolescente, Ensino Médio e Formação. Relembrou a mesa sobre Serviço-Escola, que já está pautada por ser prioridade da ABEP, e dada a sugestão de, no espaço de lançamento das publicações, haver uma fala de dez a quinze minutos sobre cada publicação.

Para tanto, foi determinado o seguinte:

✓ Haverá duas mesas: uma sobre a Carta de Serviço "Serviço Escola" e outra "Formação e Direitos Humanos" (título provisório), sendo que a última mesa incluirá os seguintes temas: Psicologia no Ensino Médio, Gênero (a pesquisa do feminino), a questão racial e formação (segundo o documento da Conselheira Ângela Caniato). Os participantes serão indicados posteriormente.

CARTILHA ESTÁGIO SERVIÇO-ESCOLA

Aluízio Brito iniciou o ponto informando que todas(os) conselheiras(os) receberão por e-mail o texto do documento de Serviço-Escola, que compila em um documento informativo a Legislação Federal e a legislação da Psicologia, resoluções e códigos de ética. Seriam recebidas as contribuições e sugestões até o dia dezesseis de agosto.

Angela Caniato levantou dúvidas quanto poderá legitimidade do CFP de intervir nas universidades, mas é esclarecido que este é um documento meramente informativo sobre as regulamentações já existentes, tanto por parte da Federação, quanto por parte do CFP no que tange a regulamentação da profissão, e que não há nenhum ponto pedagógico no documento, apenas pontos legais e burocráticos.

Celso Tondin solicitou que, após apreciação do documento, o assunto seja novamente pautado para plenária, uma vez que tem interesse de discutir melhor o tema, principalmente no que tange a escolha de título, e a solicitação é acatada.

Conclui-se o ponto com os seguintes encaminhamentos:

- ✓ A Cartilha deve ser enviada ao CFP 15 (com a Lei de Estágios anexa) para os conselheiros fazerem suas sugestões até o dia 16 de agosto de 2013;
- ✓ A Cartilha deve ser pautada na próxima Plenária (15 e 16 de agosto), para apreciação e fechamento de posição do CFP;
- ✓ O título da Cartilha permanece "Serviço – Escola".

INTERVALO PARA ALMOÇO – 13:26 ÀS 15:19

O presidente do Conselho Federal de Psicologia, Humberto Verona, reiniciou plenária às 15:19, agradecendo a presença dos convidados Miracir Astun e Augusto Campos, representantes do Ministério da Saúde, e Odair Furtado.

PLATAFORMA AROUCA

Os representantes do Ministério da Saúde apresentaram um panorama do trabalho junto ao Fórum Mercosul: a Matriz Mínima de Registros, a Plataforma Arouca e a Plataforma de RH, conforme as apresentações em anexo; esclareceram alguns pontos técnicos de dúvidas, os objetivos do projeto e solicitaram o acesso ao banco de dados de profissionais do CFP para viabilizar o projeto.

O convidado Odair Furtado ressaltou as contingências que tornaram o projeto necessário e se posicionou a favor deste, porém colocou em questão a confiança de se abrir o acesso ao banco de dados dos profissionais inscritos no Sistema Conselhos.

Miracir Astun reforçou o cuidado com o qual a questão seria levada, tendo um termo de não-violação dos dados para ser assinado e o Secretário iria se responsabilizar pela integridade do processo. Explica, também, que a

acreditação dos cursos das Universidades para que os profissionais pudessem exercer sua profissão em outros países sem ter que revalidar o diploma seria feita pelo próprio Governo.

A representante do Ministério da Saúde também reforçou a necessidade que o Governo teria de acessar os cadastros de profissionais que constam apenas para os conselhos de classe. Por parte da plenária, foi levantada a dúvida sobre o que isso significaria operacionalmente, em termos de prazo e de esforços dentro do Sistema Conselhos.

Humberto Verona ressaltou que tanto a operacionalização desta disponibilização de cadastro ao MS quanto a operacionalização do método a ser utilizado para cadastrar os profissionais estrangeiros deveriam ser pensados com certa prioridade, visto que essa questão estaria em sincronia com outra mais urgente: haveria, também, a solicitação de profissionais portugueses, de acordo com o convênio de cooperação já efetuado com a Ordem dos Psicólogos Portugueses, do cadastro no Sistema Conselhos para trabalhar no Brasil.

Após agradecimentos e a sugestão, por parte de Miracir Astun, que em outro momento sejam apresentadas ao CFP todas as outras políticas que o Departamento de Gestão do Ministério da Saúde está desenvolvendo, a plenária segue com contribuições ao ponto sem a presença dos representantes do Ministério da Saúde.

Primeiramente, o presidente do CFP sugeriu a criação de um GT para que se fossem trabalhadas as questões a respeito da recepção do profissional estrangeiro no país e orientação do profissional brasileiro que teria a intenção de migrar para outro país.

Foi sugerido por Odair Furtado que houvesse uma discussão no Conselhinho sobre como os demais conselhos de profissões estariam se posicionando diante da mesma solicitação. Odair também discorreu sobre alguns problemas de ordem técnica que poderiam ser encontrados e deveriam ser pensados pelo GT.

Diante disto, foram feitas contribuições por parte da plenária para o tema, discutiram sobre os integrantes e as tarefas a serem executadas pelo GT, finalizando o ponto com os seguintes encaminhamentos:

- Discutir os trâmites da Plataforma Arouca com os CRPs;
- Criar um Grupo de Trabalho para discutir a livre circulação das/os psicólogas/os nos países do MERCOSUL;
- Integrantes do GT: Conselheiras Tânia, Heloíza, Adriana, Ermínia, Aluizio;

- Tarefas do GT:
 - Conhecer e se apropriar de toda documentação enviada pela Conselheira Tânia (duas apresentações estão salvas na pasta projeção desta plenária);
 - Formular um plano de ação para o Sistema Conselhos que contemple todo o processo de inscrição e orientação dos psicólogos estrangeiros no Brasil e brasileiros que exercerão a profissão no exterior:
 - Como serão inscritos as/os psicólogas/os estrangeiros provenientes de cursos credenciados pelo MERCOSUL? Como serão tratadas as questões éticas?
 - Pensar na possibilidade de fazer uma capacitação sobre a legislação brasileira e outros assuntos que são apresentados quando o psicólogo é inscrito no CRP, entre outros;
 - Na capacitação dos presidentes e tesoureiros dos novos plenários que está prevista para outubro, apresentar também a Plataforma Arouca;
 - O senhor Odair Furtado está à disposição para ser consultado sobre o assunto.

ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO DO CFP

Aluízio Brito iniciou discorrendo sobre as horas extras dos funcionários, em que a taxa de horas extras, tanto autorizadas quando não-autorizadas, reduziu significativamente de maio para junho. A perspectiva seria minimizar horas extras autorizadas e eliminar por completo, até o mês de agosto do mesmo ano, as não-autorizadas.

Posteriormente, apresentou as contas de 2011 dos CRPs 04 e 06, que foram aprovadas em auditoria e em plenária de forma unânime.

JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Aluízio Brito informou que havia quatro processos administrativos a serem distribuídos. Monalisa Barros ficou responsável pelo processo administrativo nº 37/2013, Henrique Rodrigues pelo processo nº 40/2013, Adriana Eiko pelo processo nº 48/2013 e Heloíza Massanaro ficou responsável pelo processo nº 49/2013.

Em seguida, foi posto em julgamento o processo nº 35/2012, sobre curso de título de especialista, credenciamento solicitado pelo Unisal. Aluízio

Brito informa que o parecer é a favor do credenciamento, sendo este aprovado por unanimidade.

Flávia Lemos apresenta o relatório e parecer desenvolvidos a respeito do processo administrativo nº 03/2012, recurso do processo nº 04/2011 do CRP 08, sendo aprovado por unanimidade o voto da relatora de se deferir o pedido.

INFORME SOBRE POSSIBILIDADE DE TERMO DE COOPERAÇÃO ENTRE SENACON (SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR) E CFP

Roseli Goffman iniciou mencionando que foram feitos diversos pedidos de colaboração por parte da Senacon para que psicólogos fizessem pareceres de todo teor. Diante disso, acreditou-se ser necessário criar um termo de cooperação que regularizaria essa colaboração, remunerando-a, visto que esse seria um trabalho que demandaria uma quantidade significativa de tempo e que, para executá-lo, estavam sendo acionados psicólogos que não eram Conselheiros Federais. O termo de cooperação já foi enviado pela Senacon e está em trâmite pela COJUR.

Além disso, já haveria mais dois pedidos de cooperação a serem atendidos, sobre publicações abusivas. Foram indicados para a tarefa Sueli Schiavo e Ricardo Moretzsohn.

APRECIÇÃO DE DOCUMENTO ELABORADO PELA COMISSÃO CONJUNTA CFP/CFFA

Humberto Verona iniciou o ponto de pauta dando o panorama histórico da criação do Grupo de Trabalho conjunto, que construiu o documento a ser apreciado no ponto: após a determinação do CFP de que o Neupsilin seria um instrumento de avaliação psicológica, o CFFa entrou na justiça contra a decisão. A partir disso, houve uma conversa entre as Instituições que criou uma Comissão Conjunta que discutiria o que poderia ser proposto para resolver este impasse, do qual participaria um Grupo Consultivo em Avaliação Psicológica, determinado em plenária.

Considerando que, com o processo correndo na justiça, uma decisão poderia ser feita antes de uma proposta ser apresentada por esse grupo, foi solicitado ao CFFa que a ação fosse retirada. Diante da proposta, o CFFa esperaria que o documento elaborado por essa Comissão Conjunta fosse aprovado em plenária para acatar a solicitação.

Atrelado a essa questão, Humberto Verona ressaltou que a Associação Brasileira de Neuropsicologia e o Instituto Brasileiro de Neurociência e Ciência do Comportamento propuseram um Fórum de debate sobre instrumentos multiprofissionais e defendem que o Neupsilin seria um desses instrumentos.

Em seguida, Ana Paula Noronha iniciou sua fala com a observação de que há uma diferença entre o documento que seria apresentado em plenária e o que estaria com o CFFa. Esta diferença consistiria em um parágrafo que, na versão do CFP, foi eliminado, pois indicava uma representação múltipla por parte da representante do CFFa, que estaria representando também o SBNp e o IBNeC, o que ainda não teria sido acordado com o CFP.

Posteriormente, Ana Paula Noronha apresentou um breve histórico do documento o leu para a plenária, no qual apresentou as duas soluções possíveis para o impasse e suas vantagens e desvantagens, conforme o documento anexo a esta ata. Sintetizou que a Comissão Conjunta considera o Neupsilin deveria se tornar um instrumento interdisciplinar, o que beneficiaria ambas profissões. Ainda, a Comissão Conjunta desenvolveu uma série de questionamentos que poderiam ser feitos em decorrência de opiniões contrárias, com as respectivas respostas já construídas.

Foi questionado qual seria a solução possível prevista pelo documento que seria aprovada pelo plenário e, em apoio à segunda solução, que consistiria em estimular e concretizar ações rumo a um consenso operacionalizado por uma proposta de abertura controlada, desenvolvida a partir de análise de competências e sistema de certificação, argumentaram as conselheiras Marilda Castelar, Adriana Eiko, Sandra Amorim e Angela Caniato, embora esta última tenha feito uma ressalva que, do ponto de vista administrativo-burocrático, essa seria uma questão delicada.

Diante disso, são questionadas quais seriam as estratégias para divulgação da decisão, para o que Aluizio Brito sugere uma divulgação, após resposta do CFFa, no FENPB e ABEP. Ressalta que há de se cuidar também sobre o que será tratado com relação à Neuropsicologia.

Sob um novo questionamento do presidente do CFP, é aprovada, por unanimidade, a segunda solução prevista pelo documento apresentado e suas implicações.

Sendo assim, foi dado o seguinte encaminhamento:

- Foi aprovada a segunda solução possível: estimular e concretizar ações rumo a um consenso, operacionalizado por uma proposta de abertura controlada, desenvolvida a partir de análise de competências e sistema de certificação;

- Traçar planos de ações para operacionalizar essa solução;
- Fazer discussão na reunião telefônica de presidentes sobre as medidas que precisam ser adotadas para implementação da solução aprovada;

MIGRAÇÃO DOS E-MAILS PARA A BASE DO GMAIL

Foi informado que haveria uma mudança na plataforma de e-mails do CFP e que todas as contas deveriam ser migradas para a nova plataforma. Dessa forma, ficou determinado que a CAF, que precisaria ter esse acesso às contas, mudaria a senha para poder fazer essa migração e a enviaria para todos os conselheiros alterarem suas senhas, uma vez concluído o processo.

INFORME DEBATE ONLINE SOBRE SUICÍDIO

Monalisa Barros informou que foi feito o Debate Online sobre Suicídio, do qual participaram Blanca Werlang, Nilson Neto e Soraia Carvalho, e apresentou os números obtidos de audiência, que foram bastante expressivos. O vídeo seria disponibilizado na sexta-feira seguinte, após edição.

Durante o debate, foram feitas trezentas perguntas, dentre elas depoimentos de pessoas que possuem pensamentos suicidas e familiares de pessoas com pensamentos suicidas. Diante disso, existiriam duas propostas, uma de publicação do relatório do debate online e outra, sugerida por Blanca Werlang, de realização de um segundo debate, com o tema "o luto patológico dos sobreviventes".

Tânia Brasileiro concordou com o acolhimento das propostas e sugeriu que o Crepop construísse um documento sobre a atuação dos psicólogos frente ao tema.

Foram dados, portanto, os seguintes encaminhamentos:

- Fazer um debate sobre "Suicídio: o luto patológico dos sobreviventes" em agosto;
- A Conselheira Monalisa é a responsável por organizar esse debate;
- Enviar para a APAF, a sugestão de o CREPOP fazer pesquisa para criar referências para os psicólogos que atuam com esse assunto;
- Foi autorizada a publicação do relatório do debate já realizado, a partir da degravação.

O Presidente encerrou a plenária às 19h14min, com a indicação de retornar no dia seguinte, às 9h da manhã. Nada mais havendo a tratar, eu, conselheira secretária *ad hoc* Monalisa Nascimento dos Santos Barros, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes acima nomeados e referenciados.

Humberto Cota Verona _____
Monalisa Nascimento dos Santos Barros _____
Aluizio Lopes de Brito _____
Ângela Maria Pires Caniato _____
Roseli Goffman _____
Tânia Suely Azevedo Brasileiro _____
Sandra Maria Francisco Amorim _____
Flávia Cristina Silveira Lemos _____
Marilda Castelar _____
Celso Francisco Tondin _____
Heloiza Helena Mendonça Almeida Massanaro _____
Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo _____
Adriana Eiko Matsumoto _____
Ana Luiza de Souza Castro _____
Ana Paula Porto Noronha _____

ATA DA 41ª REUNIÃO PLENÁRIA DO XV PLENÁRIO DO CFP	
Data: 27 de julho de 2013 – Sábado	Duração: das 09h50 às 16h34
<ol style="list-style-type: none"> 1. PLs de Interesse da Psicologia 2. Informe da Sociedade Interamericana de Psicologia - SIP 3. Avaliação Psicológica 4. Projeto Mais Médicos Para o Brasil 5. Informe Sobre a Mobilização Contra o Ato Médico 6. Calendário das Conferências Nacionais 2013 	<p>DIRETORIA:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Humberto Cota Verona - Presidente 2. Aluizio Brito – Tesoureiro 3. Monalisa Nascimento dos Santos Barros – Secretária Ad Hoc <p>CONSELHEIROS PRESENTES:</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. Sandra Maria Francisco de Amorim 5. Ângela Maria Pires Caniato 6. Flávia Cristina Silveira Lemos 7. Marilda Castelar 8. Roseli Goffman 9. Celso Francisco Tondin 10. Heloiza Helena Mendonça Almeida Massanaro 11. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo 12. Adriana Eiko Matsumoto 13. Ana Luiza de Souza Castro 14. Ana Paula Porto Noronha <p>CONSELHEIROS AUSENTES:</p> <ol style="list-style-type: none"> 15. Clara Goldman Ribemboim 16. Deise Nascimento 17. Marilene Proença Rebello de Souza 18. Henrique José Leal Ferreira Rodrigues 19. Maria Ermínia Ciliberti 20. Márcia Mansur Saadallah 21. Tânia Suely Azevedo Brasileiro

O presidente Humberto Verona iniciou os trabalhos do segundo dia da 41ª Plenária às 09h50.

PLS DE INTERESSE DA PSICOLOGIA

Antes de iniciar a apresentação do ponto, a conselheira Marilda Castelar solicitou a inclusão do PL 03/2013, que dispõe sobre o atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual, para que pudesse dar um informe sobre o tema.

PL 3338/2008 – 30 horas - a conselheira Monalisa Barros leu a minuta do Parecer do CFP sobre o PL 3338 (anexo), e o presidente Humberto Verona explicou que gostaria de fazer três observações sobre o parecer: primeiro, que era preciso confirmar se as duas categorias, fisioterapia e serviço social, efetivamente possuíam as suas leis. Segundo, explanou que não poderiam considerar que todos os psicólogos reivindicam, porque sabem que há grupos de psicólogos que são contra as 30 horas, especialmente na Psicologia Organizacional do Trabalho em setores que não são da saúde. E terceiro, o documento trata somente da saúde, mas na verdade as 30 horas vão abarcar todos os psicólogos que estão nas empresas, nas organizações e é exatamente um grupo ligado à Psicologia Organizacional e do Trabalho, que fez críticas, mandou documentos e e-mails ao CFP afirmando ser um absurdo baixar a jornada, porque terão prejuízo na organização em relação à questão. Então, Humberto explicou que seria preciso considerar toda a argumentação em cima da saúde. Monalisa disse que estavam se referindo à saúde do trabalhador, do profissional e não somente dos que atuam na área da saúde.

Após discussões e sugestões acerca da saúde do trabalhador proveniente das 30 horas trabalhadas e das referências as quais deveriam seguir para incluir ou retificar no parecer, definiram os seguintes encaminhamentos:

- ✓ Fazer referência a algum tipo de argumento que diga que a qualidade de vida do trabalho se aplica a qualquer campo de trabalho do psicólogo – tanto psicólogos da saúde quanto psicólogos de outras áreas, inclusive, o campo público e privado;
- ✓ Modificar o subtítulo do argumento “Pela defesa da Saúde” de forma a dizer exatamente o que se vai abordar no texto que é a Saúde do Trabalhador;
- ✓ No parágrafo que cita a quantidade de psicólogos não afirmar que todos fazem o pleito, mas, sim, a maioria dos psicólogos;
- ✓ Retirar o trecho sobre a Síndrome de Burnout do texto, para sair da lógica da patologização. Contudo, pode-se abordar o contexto do sofrimento no trabalho;
- ✓ Indicar no texto a necessidade de conquistar as 30 horas e citar a correlação com o plano de carreiras e piso salarial;
- ✓ Buscar argumentos dentro da Pesquisa da Psicóloga Brasileira para agregar no parecer;



✓ Fazer referência ao Movimento Sindical, já que trata-se da luta sindical que o CFP apoia;

✓ Após as alterações no parecer, enviar o documento para apreciação do CFP15.

PL 03/2013 - Atendimento obrigatório e integral de pessoas em situação de violência sexual. A conselheira Marilda Castelar explicou que foi solicitado ao CFP um parecer se manifestando especificamente em relação ao item 4, que é a profilaxia da gravidez. Informou que o atendimento imediato, obrigatório em todos os hospitais integrantes da Rede do SUS, compreende os seguintes serviços: diagnóstico de tratamento de lesões físicas, o amparo médico, a facilitação do registro de ocorrência e a profilaxia da gravidez. Profilaxia das doenças sexualmente transmissíveis, coletas de material para realização do exame, do HIV e fornecimento de informações às vítimas sobre os direitos legais e sobre todos os serviços sanitários disponíveis.

Informou que os serviços de que trata esta lei são prestados de forma gratuita aos que deles necessitem. Explicou que no tratamento de lesões caberá ao médico preservar materiais que possam ser coletados no exame médico legal, cabe ao órgão de medicina legal o exame do DNA e esta lei entra em vigor após 90 dias transcorridos. Disse que essa lei, que estava para ser sancionada se aprovada, entrará em vigor ainda esse semestre, e representantes da igreja estavam questionando o item 4, dizendo que o item estava muito vago, porque dizia respeito à pílula do dia seguinte, que já é instituída, mas da forma como estava colocado, qualquer pessoa poderia ir ao serviço de saúde pública e alegar ter sido violentada e solicitar a pílula, havendo denúncia ou não.

Marilda leu a minuta do parecer (em anexo) e em sequência se iniciou a discussão. Houve manifestações quanto ao objetivo da manifestação, pois o PL tratava de atendimento às vítimas de violência sexual e o parecer estava dando muito destaque ao apoio ao aborto, ou seja, estava fugindo do contexto da discussão. A conselheira Marilda explicou que o argumento que a igreja estava colocando é que a profilaxia da gravidez iria trazer a discussão para proporcionar o aborto.

O presidente Humberto propôs que fizessem uma revisão focando nas pessoas que sofrem violência sexual, pois não são somente mulheres que são violentadas, são crianças e adolescentes também, então, é preciso abordar todas as violências sexuais. Explicou que entendia o que o parecer estava propondo, porém, estavam tratando de violência sexual e não de um posicionamento sobre o aborto.

O conselheiro Aluizio Brito sugeriu que houvesse somente dois parágrafos sobre o aborto, que é mencionado no artigo 3º, inciso IV, e no restante que o CFP defendesse todo o projeto, voltando para o diálogo da violência geral contra a criança e adolescente.

y
AP
M.
W
3
48
44
AP

Após as discussões, foram definidos os seguintes encaminhamentos:

- ✓ Colocar no histórico a necessidade de ênfase no artigo 3º, inciso IV, pelo risco de veto;
- ✓ Reduzir o trecho que se refere ao aborto para abordar também a violência sexual;
- ✓ Buscar não usar dados antigos, por exemplo, dados de 2001. Procurar utilizar dados dos últimos 3 anos, a não ser que não haja dados nesse período;
- ✓ Conselheira Roseli se dispõe a contribuir na revisão do parecer;
- ✓ Reduzir o parecer para 2 ou 3 páginas, no máximo;
- ✓ Abordar todas as violências sexuais, por exemplo, violência contra homossexuais, travestis, crianças e adolescentes;
- ✓ Fazer uma nota, no site do CFP, explicando que o CFP é a favor do projeto, na íntegra;
- ✓ Após aprovação da revisão, divulgar a nota amplamente.

PL 478/2007 – Estatuto do Nascituro – A conselheira Marilda Castelar explicou que é um projeto de lei equivocado e contra o aborto, inclusive o aborto realizado em vítimas de violência sexual e solicitou a aprovação do Plenário para elaborar um parecer sobre o PL, e encaminhar à câmara. Marilda solicitou ainda, que fosse pautado para a próxima plenária, a questão da mulher, o CNDM, para que possam discutir e preparar o processo de transição da gestão.

Foram definidos os seguintes encaminhamentos:

- ✓ Preparar um parecer sobre o PL 478/2007;
- ✓ Pautar para a próxima plenária a discussão sobre o CNDM, a pedido da Conselheira Marilda Castelar.

PL 3688/2000 - Psicologia e Serviço Social na Educação Básica – O conselheiro Celso Tondin explicou que havia alguns aspectos específicos neste projeto e outras que são de âmbito geral, mas que valeria a pena discutirem para o futuro de todos os projetos que envolvem a psicologia ocupar espaços na política pública e que extrapolam essa gestão do CFP. Então, solicitou a autorização da plenária para fazer uma articulação tentando garantir que tenha alguém da base do Governo dando continuidade no andamento do PL.

O conselheiro Aluizio Brito ratificou que seria necessário, elaborarem uma lista dos Deputados que estão nesta Comissão, consultar os Estados e verificar qual o deputado teria afinidade com o projeto e solicitar apoio para a votação do PL. Celso Tondin questionou se iriam apoiar, voltar a

redação original do PL, ou se apoiariam a redação da forma como estava, com a despesa distribuída na saúde, educação e assistência social.

Após discussões acerca dos questionamentos, definiram os seguintes encaminhamentos:

✓ Apoiar a redação aprovada pela Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, distribuindo os gastos entre Educação, Saúde e Assistência Social;

✓ Fazer articulações políticas no sentido de influenciar na indicação do relator do PL na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados;

✓ Fazer uma matéria no site esclarecendo que a aprovação do PL foi na Comissão de Educação e os próximos passos.

INFORME DA SOCIEDADE INTERAMERICANA DE PSICOLOGIA – SIP

A conselheira Monalisa Barros relatou que houve o Congresso da Sociedade Interamericana de Psicologia – SIP, e dentro do congresso aconteceu uma reunião convocada pelo Saths Cooper, presidente da International Union of Psychological Science – IUPsyS. Disse que o CFP foi convocado anteriormente para essa reunião e também as instituições do FENPB e da ULAPSI e algumas haviam confirmado a participação, porém, não puderam participar, pois a SIP entendeu que se houvesse a reunião dentro do congresso, ela seria uma atividade dele e os participantes deveriam ter feito a inscrição para estarem incluídos na atividade.

Monalisa explicou que é a primeira vez que a IUPsyS - *INTERNATIONAL UNION OF PSYCHOLOGICAL SCIENCE* sai da direção da Europa ou Estados Unidos e está agora na África do Sul. Falou que essa nova direção vem com um desejo de estender um caminho mais democrático com um esforço para internacionalizar mais, principalmente, com as participações da América Latina, África e Ásia. Informou que em julho de 2014 haverá um congresso em Paris, onde a Comissão Executiva receberá indicações do processo de abertura democrática no sentido de revezamento das pessoas que estão lá. Monalisa falou que o africano Saths Cooper deixou claro que se existem questões ou críticas, a única forma de fazer parte do processo de mudança é estando dentro da IUPsyS e fazendo proposições.

Monalisa informou que o Brasil já está nesse grupo, porém não está pelo CFP e sim pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Psicologia – ANPEPP e a representação não é feita por entidade e sim por país. Disse que uma das críticas que o Saths Cooper fez, foi de que precisam que essa instituição seja mais frequentada por profissionais e menos por acadêmicos, e que ela estava muito dominada pela Academia, e isso, é contrário ao movimento de termos a ANPEPP lá dentro como único representante do País.

Monalisa disse que ao questioná-lo sobre a representação ser feita somente por país, ele respondeu que é preciso que tenham um “guarda-

chuva” que agregue e represente todas as entidades, e disse que o explicou que existe esse “guarda-chuva” no Brasil, que é o Fórum de Entidades Nacionais da Psicologia Brasileira – FENPB. Falou que a sugestão foi bem vinda e que ficaram de levar a discussão para o FENPB.

Monalisa expôs que durante a apresentação da mesa de psicologia e políticas públicas, foram muito abordados sobre a metodologia do CREPOP e se poderiam exportar o CREPOP, assim como fizeram com a BVS-PSI. Disse que se comprometeu a discutir no CFP essa demanda, e adiantou que irão tentar promover a discussão sobre o CREPOP dentro do Congresso da ULAPSI, que acontecerá em julho de 2014 na Guatemala. Monalisa disse que aproveitou a oportunidade e convidou a todos presentes a participar do congresso da ULAPSI. Disse que já teve uma primeira conversa com a Adriana Eiko, sobre como poderiam capacitar as pessoas para que possam implementar o CREPOP em outro lugar.

Houve várias falas de apoio à exportação da metodologia do CREPOP, destacando que essa é uma oportunidade de evidenciar, dentro do nosso próprio País, para as entidades brasileiras, o quanto o CREPOP tem o reconhecimento externo e internacional.

O presidente Humberto Verona lembrou que a ULAPSI tinha um GT de Política Pública e sugeriu resgatar esse grupo para começarem a discutir.

Após discussões, definiram os seguintes encaminhamentos:

- ✓ Pautar para a próxima reunião do FENPB a representação na International Union of Psychological Science (IUPsyS);
- ✓ Avaliar a possibilidade de “exportar o Crepop” e dar um posicionamento no próximo Congresso da ULAPSI que será realizado em maio de 2014, na Guatemala;
- ✓ Na plenária de setembro, apresentar um esboço sobre a possibilidade de “exportação do Crepop”.

AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

O presidente Humberto Verona informou que na APAF de maio definiram que os instrumentos de avaliação psicológica que são aprovados pelo CFP e publicizados no Satepsi, deveriam passar, a partir de agora, também por uma avaliação dentro de critérios aprovados na APAF, relativos aos direitos humanos.

Disse que após a APAF a diretoria do CFP se reuniu várias vezes com a conselheira Ana Paula para discutirem uma forma de operacionalizar tal decisão, e elaboraram uma proposta de projeto conforme segue: o instrumento ao chegar no CFP é enviado ao parecerista *ad-hoc*, especialista em avaliação psicológica, como é feito hoje, mas vai também para um grupo de pareceristas *ad-hoc* em direitos humanos que irão avaliar, sob o ponto de vista dos critérios da APAF, dos direitos humanos, se aquele instrumento atende ou não os requisitos. Depois, estes dois pareceres, tanto da

psicometria, quanto dos direitos humanos, retorna para a Comissão Consultiva em avaliação psicológica e a Comissão Consultiva elabora o seu parecer para a plenária avaliar. Porém, antes de ir à plenária, o parecer será enviado a um conselheiro designado para ser o relator, que fará um relatório final e apresentará à plenária para conhecimento e aprovação.

A conselheira Ana Paula sugeriu, por achar pertinente, que o relator continuasse sendo o conselheiro responsável pelo tema de avaliação psicológica, devido existir questões técnicas e específicas da avaliação, validação e de outros assuntos.

A conselheira Ana Luiza sugeriu, para que se mantivesse a democracia, que se algum conselheiro tiver dúvidas sobre os pareceres e a relatoria, poderia pedir vistas ao processo e também auxiliar na construção da relatoria final.

A conselheira Ângela Caniato disse achar perigosa essa situação, devido à dificuldade de se definir o que seja direitos humanos, por ser um tema tão amplo e complexo. O presidente Humberto Verona esclareceu que essa preocupação será monitorada com a preocupação em responder a possíveis críticas e dificuldades que possam aparecer. Disse que a diretoria e o departamento jurídico do CFP providenciarão a alteração da resolução, de acordo com os critérios definidos em APAF, para ser aprovada em plenária.

Após discussões definiram os seguintes encaminhamentos:

- ✓ Proposta aprovada por unanimidade:
- ✓ O teste chega ao CFP e é encaminhado para 2 pareceristas *ad hoc*: um em avaliação psicológica e outro em Direitos Humanos;
- ✓ Em seguida, os pareceres dos *ad hoc*s são avaliados pela CCAP, que emite parecer para a plenária;
- ✓ A conselheira responsável pela Avaliação Psicológica faz a relatoria na Plenária. Caso alguma(m) conselheira(o) não se sinta esclarecida(o), esse pode pedir vistas do processo do teste;
- ✓ A plenária emite parecer final;
- ✓ A Diretoria discutirá nova resolução com a ASJUR, e enviará para a apreciação da conselheira Ana Paula Noronha.

INFORME SOBRE A MOBILIZAÇÃO CONTRA O ATO MÉDICO

O presidente Humberto Verona falou sobre a campanha contra o Ato Médico e do conjunto de atividades acordadas entre a psicologia e as outras profissões que também são contra. Informou que o conselheiro Celso Tondin, responsável pelo tema, iria enviar aos regionais, via ofício circular, uma agenda de luta pela manutenção do veto, já aprovada pelo coletivo das profissões da área da saúde.

Humberto disse que havia rumores de que o projeto seria votado no dia 20/08, pelos plenários do Senado e da Câmara juntos e alertou a todos

que seria preciso se mobilizarem cada vez mais, para obterem êxito na luta contra o Ato.

PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL

O presidente Humberto Verona falou sobre o projeto lançado pelo Ministério da Saúde chamado Mais Médicos, que prevê a distribuição dos médicos para lugares aonde não têm médicos e se não houver preenchimento de todas as vagas por brasileiros, as vagas remanescentes serão oferecidas para médicos estrangeiros, especialmente espanhóis argentinos e portugueses. E isso, explicou Humberto, está sendo entendido pelas entidades médicas como um ataque do Governo à categoria no Brasil.

Humberto ainda falou sobre o projeto de extensão da formação do médico por mais dois anos, através de uma assistência obrigatória no SUS como parte da formação do médico. Disse que era preciso o CFP discutir e se posicionar sobre esses temas que estão evidenciados no momento e que afeta a todos os profissionais da Saúde.

Humberto informou que a vice-presidente Clara Goldman havia participado de uma reunião da Associação Brasileira de Saúde Coletiva – ABRASCO, e que a posição da ABRASCO é que não devem se manifestar em relação ao Mais Médico, mas deviam se manifestar contra o corporativismo das entidades médicas. Propôs que elaborassem uma nota defendendo o SUS, com defesa ao acesso dos usuários ao SUS, da qualidade da atenção no SUS e contra o movimento das entidades médicas de cunho corporativista que não leva em consideração a saúde pública.

Questionado se o CFP não iria defender o projeto Mais Médico, Humberto Verona explicou que não iriam defender o Mais Médico, e sim defender o SUS e o acesso do usuário a saúde, pois a iniciativa do Ministério de colocar médicos nas regiões onde falta atendimento faz parte de um processo de construção do SUS, de uma saúde de qualidade no Brasil, porque Mais Médicos é parte do processo de melhoria de acesso das pessoas à saúde.

O presidente Humberto Verona informou que haviam recebido um convite, naquele momento, do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, para participar da audiência pública sobre o Programa Mais Médicos, dia 29/07/13 as 13h, e o Ministério estava propondo a apresentação de um novo PL para resolver o problema dos itens vetados, para isso, estavam colhendo sugestões para resolver o impasse de forma que os médicos aceitem e as outras profissões da saúde também. O plenário discutiu e decidiu indicar a conselheira Cynthia Ciarallo para representar o CFP nesta reunião.

Humberto solicitou então que projetassem a agenda de atividades do Ato Médico para que pudessem conferir os andamentos, e após discussões definiram os seguintes encaminhamentos:

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'J.', 'ABR', 'W.', 'MC', 'for 8/7', '44', and 'aust']

- ✓ Elaborar um documento falando sobre o SUS, explicando que o acesso a saúde de qualidade é direito de todos, esclarecendo que o "Programa Mais Médicos" faz parte da garantia de acesso e de implantação do SUS, e fazendo uma crítica as entidades médicas corporativas;
- ✓ Fazer uma minuta do documento e enviar para o CFP15 – Responsáveis pelo documento: Conselheira Heloíza Massanaro, Conselheira Monalisa Barros e Conselheiro Celso Tondin;
- ✓ Resgatar a gravação de áudio deste ponto para a Conselheira Heloíza Massanaro iniciar a minuta do documento;
- ✓ Na nota http://www2.pol.org.br/main/carta_veta_dilma.cfm alterar a assinatura no final, de Conselho Federal de Psicologia para Fórum de Entidades Nacionais de Trabalhadores da Área de Saúde – Fentas;
- ✓ Todos os Conselheiros devem assinar a petição pública, disponível em:
<http://www.peticaopublica.com.br/PeticaoVer.aspx?pi=P2013N42534>;
- ✓ Enviar a arte das camisetas para os CRPs;
- ✓ Aprovada a confecção de 150 camisetas para o CFP;
- ✓ Alterar o "Dia Nacional de Paralisação dentro dos ambientes de trabalho" para "Dia Nacional de Movimentação dentro dos ambientes de trabalho";
- ✓ O "Ato Nacional pela manutenção dos vetos ao Ato Médico" será em Brasília;
- ✓ A Manifestação em frente às Assembleias Legislativas será em todos os Estados;
- ✓ Nos dias do "Corpo a corpo no Congresso Nacional", a concentração será no CFP. Nos dias 7 e 8, o Conselheiro Celso Tondin e Heloíza Massanaro virão para o CFP. No dia 13, o Conselheiro Celso virá para o CFP (Conselheira Heloíza consultará se pode vir também nesse dia). Nos dias 14 e 15 - os Conselheiros Humberto Verona e Celso Tondin estarão presentes.
- ✓ Confirmar com a Fenapsi a participação de representantes na mobilização;
- ✓ O Conselheiro Humberto estará presente no dia 20/08;
- ✓ Na faixa "Sem os vetos, ato médico não! Quem sai perdendo é a população!", alterar para "Sem os vetos, quem sai perdendo é a população!";
- ✓ Na faixa "Ato Médico com Vetos é mais Saúde" substituir por "Veto ao Ato Médico é mais Saúde";
- ✓ Na faixa "Profissionais Unidos na Luta por uma Saúde Melhor" substituir por "Todas e Todos unidos por uma saúde melhor!";
- ✓ Sugerir que o panfleto seja assinado pelas entidades signatárias;

O presidente Humberto Verona encerrou a plenária às 16h34min. Nada mais havendo a tratar, eu, conselheira secretária *ad hoc* Monalisa Nascimento dos Santos Barros, lavrei a presente ata, a qual foi lida e assinada por todos os presentes _____ acima nomeados _____ e referenciados. _____

1. Humberto Cota Verona _____
2. Aluizio Lopes de Brito _____
3. Monalisa Nascimento dos Santos Barros _____
4. Ângela Maria Pires Caniato _____
5. Roseli Goffman _____
6. Sandra Maria Francisco Amorim _____
7. Flávia Cristina Silveira Lemos _____
8. Marilda Castelar _____
9. Celso Francisco Tondin _____
10. Heloiza Helena Mendonça Almeida Massanaro _____
11. Cynthia Rejane Corrêa Araújo Ciarallo _____
12. Adriana Eiko Matsumoto _____
13. Ana Luiza de Souza Castro _____
14. Ana Paula Porto Noronha _____